

RESOLUÇÕES**Resolução nº 823, de 14 de fevereiro de 2002**

Dispõe sobre aplicação de dispositivo da Resolução 783, de 1º de julho de 1997

(Projeto de Resolução nº 1, de 2002)

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da X Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Em virtude da mudança do regime de adiantamento, previsto na Resolução nº 783, de 1º de julho de 1997, para ressarcimento, previsto na Resolução nº 822, de 14 de dezembro de 2001, será acrescido em cem por cento, exclusivamente no mês de fevereiro, o valor referido no artigo 11 daquela Resolução, não sendo devido nenhum valor no mês de março pelo regime de adiantamento.

Artigo 2º - As despesas resultantes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias já consignadas no Orçamento vigente.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 14 de fevereiro de 2002

a) WALTER FELDMAN - Presidente

a) HAMILTON PEREIRA - 1º Secretário

a) DORIVAL BRAGA - 2º Secretário

ORDEM DO DIA**2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
14 DE FEVEREIRO DE 2002****PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA**

1 - Discussão e votação - Projeto de resolução nº 0001, de 2002, de autoria da Mesa. Dispõe sobre aplicação de dispositivo da Resolução nº 783, de 1º de julho de 1997. Parecer nº 0003, de 2001, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, favorável.

2 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0486, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública o "Centro Espírita Joana D' Arc", em Tanabi. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1825, de 2001.

3 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0650, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia de José Bonifácio", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1829, de 2001.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação, em 1º turno - Projeto de resolução nº 0036, de 2001, de autoria da Mesa. Altera dispositivos da Resolução nº 576, de 1970, que dispõem sobre autoria de proposição.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0248, de 2000, de autoria do deputado Pedro Mori. Torna obrigatório o cadastramento, junto à Secretaria de Segurança Pública, dos prestadores de serviços de chaveiro e de instalador de sistemas de segurança, bem como dos respectivos cursos de treinamento, formação ou habilitação. Parecer nº 1251, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres nºs 1252 e 1253, de 2001, respectivamente, das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0179, de 2001, de autoria da deputada Rosmary Corrêa. Institui o Dia Estadual do "Rotary International". Pareceres nºs 1865 e 1866, de 2001, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Cultura, favoráveis.

4 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0310, de 2000, de autoria do deputado Luiz Gonzaga Vieira. Dá a denominação de "João Eurico de Melo Toledo - (Joãozinho do Irineu)" ao alojamento do Conservatório Dramático e Musical Doutor Carlos de Campos, em Tatuí. Parecer nº 1862, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado com substitutivo pela Comissão de Cultura em seu Parecer nº 1863, de 2001.

5 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0603, de 2000, de autoria do deputado Milton Flávio. Declara de utilidade pública a "Creche São Benedito", em Avaré. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1828, de 2001.

6 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0670, de 2000, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dá a denominação de "Doutor Luiz Gonzaga Beluzo" ao Posto Fiscal de Bariri. Parecer nº 1846, de 2001, da Comissão de Justiça, favorável. Aprovado pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 1847, de 2001.

7 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0412, de 2001, de autoria do deputado Edson Aparecido. Declara de utilidade pública o "Lar Espírita do Velhinho de Votuporanga", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1827, de 2001.

8 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0451, de 2001, de autoria do deputado Vanderlei Macris. Declara de utilidade pública a "Obra Social Beneficente São João Batista", em Américo de Campos. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1857, de 2001.

9 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0605, de 2001, de autoria da deputada Maria do Carmo Piunti. Declara de utilidade pública o "Centro de Apoio à Infância - CEAPI", em Itu. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1830, de 2001.

10 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0651, de 2001, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Declara de utilidade pública a "Guarda Mirim de Fernandópolis", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1826, de 2001.

11 - Votação "ad referendum" - Projeto de lei nº 0675, de 2001, de autoria do deputado Rodrigo Garcia. Declara de utilidade pública a "Instituição Assistencial Lar São Vicente de Paulo de Tanabi", naquele Município. Aprovado pela Comissão de Justiça em seu Parecer nº 1823, de 2001.

MOÇÕES

1 - Discussão e votação - Moção nº 102, de 1999, de autoria do deputado João Caramex. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de proibir a importação e a comercialização de armas de fogo por particulares no País. Parecer nº 194, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

2 - Discussão e votação - Moção nº 145, de 1999, de autoria da deputada Terezinha da Paulina. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de proibir a comercialização de armas de brinquedo, vídeo-games ou CD's para computador, que tragam jogos violentos, bem como de brinquedos que tenham quaisquer de seus lados cortantes. Parecer nº 860, de 1999, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

3 - Discussão e votação - Moção nº 183, de 1999, de autoria da Comissão de Segurança Pública. Parecer nº 562, de 1999. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de revisar a lei sobre o uso de armas de fogo e armas brancas em nosso País.

4 - Discussão e votação - Moção nº 0277, de 1999, de autoria do deputado Conte Lopes. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de inserir no Código Penal Brasileiro, circunstância agravante que aumente a pena de réus condenados por crimes praticados contra policiais quando no exercício profissional. Parecer nº 1604, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

5 - Discussão e votação - Moção nº 0294, de 1999, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de aprovarem o Projeto de lei nº 1073, de 1999, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional. Parecer nº 382, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

6 - Discussão e votação - Moção nº 0021, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de colocar a disposição das polícias Federal, Militar e Civil todo armamento, munição, veículos, aeronaves e outros bens apreendidos em poder de marginais. Parecer nº 1607, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

7 - Discussão e votação - Moção nº 0022, de 2000, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de disciplinar a vestimenta e o trânsito de presos condenados do sistema prisional em todo o País. Parecer nº 1608, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

8 - Discussão e votação - Moção nº 0080, de 2000, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de alterar a Lei nº 9437, de 1997, que institui o Sistema Nacional de Armas - SINARM, imprimindo penas mais rigorosas naquelas já previstas no artigo 10. Parecer nº 1613, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável, com substitutivo.

9 - Discussão e votação - Moção nº 0101, de 2000, de autoria do deputado Petterson Prado. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e aos líderes partidários no sentido de alterarem a Lei nº 8989, de 1995, de modo a estender a isenção do IPI à aquisição de viaturas a serem doadas às polícias. Parecer nº 1615, de 2000, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

10 - Discussão e votação - Moção nº 0161, de 2000, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido de editarem lei obrigando a instala-

ção de detectores de metais, bem como a obrigatoriedade de seu efetivo funcionamento nos aeroportos que realizam vôos domésticos. Parecer nº 1274, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

11 - Discussão e votação - Moção nº 0041, de 2001, de autoria do deputado Marcio Araújo. Apela para o Sr. Presidente da República no sentido de reprimir a violência praticada contra crianças e adolescentes no interior dos recintos onde acontecem bailes funks. Parecer nº 486, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

12 - Discussão e votação - Moção nº 0082, de 2001, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional no sentido de apresentar lei que determine que os autos apreendidos pelos Ciretrans e DETRAN, e não reclamados pelos seus proprietários, sejam compactados e seus respectivos documentos extintos, e o produto da compactação vendido como sucata, com a renda revertida aos respectivos Fundos de Solidariedade dos Palácios dos Governos. Parecer nº 882, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

13 - Discussão e votação - Moção nº 0098, de 2001, de autoria da deputada Edir Sales. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de que proíba o fornecimento de bebidas alcoólicas aos passageiros das aeronaves que trafegam no espaço aéreo nacional. Parecer nº 1235, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

14 - Discussão e votação - Moção nº 0101, de 2001, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de criar o Ministério da Segurança Pública. Parecer nº 824, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

15 - Discussão e votação - Moção nº 0140, de 2001, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de apresentar proposição que objetive bloquear os bens de pessoas seqüestradas, de seus sócios e os bens de familiares de seqüestrados, perdurando o bloqueio até que seja concluído o respectivo inquérito policial. Parecer nº 1597, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

16 - Discussão e votação - Moção nº 0141, de 2001, de autoria do deputado Afanasio Jazadji. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de apresentar proposição que objetive proibir contratação, mediante pagamento ou promessa de pagamento a criminoso, ou a seus familiares, pela divulgação de sua história criminosa na mídia. Parecer nº 1697, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

17 - Discussão e votação - Moção nº 0148, de 2001, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Congresso Nacional a fim de aprovarem a Proposta de Emenda Constitucional que amplia as atribuições e competências das Guardas Cívicas Metropolitanas. Parecer nº 1598, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

18 - Discussão e votação - Moção nº 0153, de 2001, de autoria da deputada Edir Sales. Apela para o Sr. Presidente da República a fim de adotar as medidas, que especifica, para garantir a segurança de passageiros, tripulantes, aviários e aeroportuários. Parecer nº 1698, de 2001, da Comissão de Segurança Pública, favorável.

19 - Discussão e votação - Moção nº 0159, de 2001, de autoria da Comissão de Segurança Pública. Parecer nº 1190/01. Apela para os Srs. Presidentes da República e do Congresso Nacional a fim de preverem na legislação federal a utilização de videoconferência em interrogatórios judiciais.

PAUTA**7ª SESSÃO ORDINÁRIA
15 DE FEVEREIRO DE 2002**

Em pauta por 5 (cinco) Sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 3, parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno

1ª Sessão

1-Projeto de Lei Complementar nº 0003, de 2002, de autoria do Tribunal de Justiça. Dispõe sobre a alteração no enquadramento de cargos do Quadro da Secretaria do Segundo Tribunal de Alçada Civil.

2-Projeto de lei nº 0028, de 2002, de autoria do deputado Cláury Alves Silva. Dá a denominação de "Francisco Antunes Ribeiro" ao viaduto do Km 410,8 da Rodovia Raposo Tavares (SP-270), em Ibirárema.

3-Projeto de lei nº 0029, de 2002, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Obriga a concessionária prestadora do serviço público de telefonia a diferenciar o piso que circunda os telefones públicos do tipo orleão.

2ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0022, de 2002, de autoria do deputado Edson Aparecido. Dá a denominação de "Rosalvo Pereira Nunes" ao viaduto de acesso ao Município de Lavinia, na SP-300, no Km 594, em Lavinia.

2-Projeto de lei nº 0023, de 2002, de autoria do deputado Edson Aparecido. Transforma em Estância Turística o Município de Rubinéia.

3-Projeto de lei nº 0024, de 2002, de autoria do deputado Jorge Caruso. Autoriza o Poder Executivo a criar, na rede pública de hospitais do Estado, programa de atendimento a casos de aborto em função de estupro, por ordem judicial ou, quando há risco à vida da mulher, por recomendação médica.

4-Projeto de lei nº 0025, de 2002, de autoria do deputado Willians Rafael. Dá a denominação de "Paulo Rubens Soares Hungria" ao viaduto no trevo de interseção da Rodovia Raposo Tavares, Km 166, com as avenidas 5 de Novembro e Rubens Brasi, em Itapetininga.

5-Projeto de lei nº 0026, de 2002, de autoria do deputado Dorival Braga. Declara de utilidade pública o "Centro Espírita União de Ibirá", em Ibirá.

6-Projeto de lei nº 0027, de 2002, de autoria do Sr. Governador do Estado. Cria cargos na Parte Permanente do Quadro Docente da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

7-Moção nº 0005, de 2002, de autoria do deputado Jorge Caruso. Apela para os Srs. Presidentes da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, a fim de instituírem Contribuição de Melhoria do Sistema Energético - CMSE.

3ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0019, de 2002, de autoria do deputado Cícero de Freitas. Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivos fiscais às empresas que apoiem projetos desportivos.

2-Projeto de lei nº 0020, de 2002, de autoria do deputado Pedro Mori. Estabelece o programa "Escola Domiciliar" para atendimento de alunos enfermos matriculados na Rede Pública Estadual de Ensino.

3-Projeto de lei nº 0021, de 2002, de autoria do deputado Faria Júnior. Obriga os distritos policiais a manterem cadastro de novos contratos de locação de imóveis localizados em sua área de atuação.

4-Moção nº 0002, de 2002, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para o Congresso Nacional a fim de garantir, na Constituição Federal, os princípios da titularidade do Inquérito Policial às Polícias Cívicas, bem como todos os procedimentos afetos a essa peça processual.

5-Moção nº 0003, de 2002, de autoria do deputado Cândido Vaccarezza. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a fim de alterar a denominação do Aeroporto Internacional de Campinas, "Viracopos", para Aeroporto Internacional "Prefeito Antônio da Costa Santos".

6-Moção nº 0004, de 2002, de autoria do deputado Celdino Crespo. Apela para o Sr. Presidente do Congresso Nacional a fim de rejeitar qualquer proposta que implique na revogação do Simples Paulista ou que fira a autonomia dos Estados.

4ª Sessão

1-Projeto de lei nº 0011, de 2002, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Autoriza a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, a reservar, em regime de comodato ou aluguel, 3% (três por cento) de suas unidades habitacionais para idosos sem famílias, ou idosos comprovadamente carentes.

2-Projeto de lei nº 0012, de 2002, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Dispõe sobre a instalação de detectores de metal e aparelhos de análise por Raio-X nas entradas de todos os estabelecimentos prisionais, bem como, nas delegacias de polícia.

3-Projeto de lei nº 0013, de 2002, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Obriga o cadastramento de todos os usuários junto às operadoras de telefonia celular do sistema pré-pago.

4-Projeto de lei nº 0014, de 2002, de autoria do deputado Cláury Alves Silva. Dá a denominação de "Conrado Tucunduva Cardoso" ao viaduto do dispositivo de acesso a Assis, no km 440,58 metros da Rodovia Raposo Tavares (SP-270).

5-Projeto de lei nº 0015, de 2002, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dispõe sobre a obrigatoriedade de cadastro dos usuários do sistema pré-pago de telefonia celular.

6-Projeto de lei nº 0016, de 2002, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a redistribuição da Quota Estadual do Salário-Educação - QESE entre o Estado e os seus municípios.

7-Projeto de lei nº 0017, de 2002, de autoria do deputado Gilberto Nascimento. Obriga as operadoras de Telefonia Celular a manterem cadastro de todos os usuários de aparelhos do sistema pré-pago.

Diário Oficial

Estado de São Paulo

LEGISLATIVO

Jornalista Responsável
Florestan Fernandes Junior - MTb 14.232/52
Gerente de Redação - Cláudio Amaral

REDAÇÃO

Rua João Antonio de Oliveira, 152
CEP 03111-010 - São Paulo
Telefone 6099-9800 - Fax 6099-9706

<http://www.imprensaoficial.com.br>
e-mail: imprensaoficial@imprensaoficial.com.br

ASSINATURAS - (11) 6099-9421 e 6099-9626
PUBLICIDADE LEGAL - (11) 6099-9420 e 6099-9435
VENDA AVULSA - EXEMPLAR DO DIA: R\$ 2,55 - EXEMPLAR ATRASADO: R\$ 5,14

FILIAIS - CAPITAL

• JUNTA COMERCIAL - (11) 3825-6101 - Fax (11) 3825-6573 - Rua Barra Funda, 836 - Rampa
• POUPATEMPO/SÉ - (11) 3117-7020 - Fax (11) 3117-7019 - Pça do Carmo, nº 9

FILIAIS - INTERIOR

• ARAÇATUBA - Fone/Fax (18) 623-0310 - Rua Antonio João, 130
• BAURU - Fone/Fax (14) 227-0954 - Pça. das Cerejeiras, 4-44
• CAMPINAS - Fone (19) 3236-5354 - Fax (19) 3236-4707 - Rua Irmã Serafina, 97 - Bosque
• MARÍLIA - Fone/Fax (14) 422-3784 - Av. Rio Branco, 803
• PRESIDENTE PRUDENTE - Fone/Fax (18) 221-3128 - Av. Manoel Goulart, 2.109
• RIBEIRÃO PRETO - Fone/Fax (16) 610-2045 - Av. 9 de Julho, 378
• SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Fone/Fax (17) 234-3868 - Rua Machado de Assis, 224 - Santa Cruz
• SOROCABA - Fone/Fax (15) 233-7798 - Rua 7 de Setembro, 287 - 5º andar - Sala 51



IMPRESA OFICIAL
SERVIÇO PÚBLICO DE QUALIDADE

DIRETOR-PRESIDENTE

Sérgio Kobayashi

DIRETOR VICE-PRESIDENTE

Luiz Carlos Frigerio

DIRETORES

Industrial: Carlos Nicolaewsky
Financeiro e Administrativo: Richard Vainberg

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP

CNPJ 48.066.047/0001-84

Inscr. Estadual - 109.675.410.118

Sede e Administração

Rua da Mooca, 1.921 - CEP 03103-902 - SP
(PABX) 6099-9800 - Fax (11) 6692-3503